RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 19 de Novembro de 2026

Juiz é Afastado por Suspeita de Vender Sentenças; PF Bloqueia R$ 30 Milhões em Bens

Operação Sisamnes

Redação

Na manhã desta quinta-feira (29), a Polícia Federal deflagrou a oitava fase da Operação Sisamnes, resultando no afastamento do juiz Ivan Lúcio Amarante, da comarca de Vila Rica (a 1.259 km de Cuiabá), por suspeita de venda de decisões judiciais. Além do afastamento, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão. O magistrado também teve seus bens e valores bloqueados, totalizando cerca de R$ 30 milhões, e teve o passaporte recolhido.

As ações foram autorizadas pelo ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), com base em investigações que apontam um esquema de lavagem de dinheiro utilizado para dissimular o recebimento de propinas milionárias em troca de sentenças judiciais favoráveis.

A operação mira um suposto esquema de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo membros do Judiciário mato-grossense. Ivan Lúcio já se encontrava afastado de suas funções por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A investigação também apura a participação de familiares do juiz, que teriam recebido valores por meio de uma empresa ligada ao lobista Andreson de Oliveira Gonçalves — preso desde novembro de 2023 e apontado como líder de uma rede de corrupção com ramificações em tribunais superiores.

Dois desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Sebastião de Moraes e João Ferreira, também estão sendo investigados e se encontram afastados por determinação do CNJ.

O caso ganhou força após o assassinato do advogado Roberto Zampieri, ocorrido em dezembro de 2023, em frente ao seu escritório, em Cuiabá. A análise de arquivos e mensagens em seu celular revelou indícios de venda de sentenças e transações financeiras suspeitas, o que impulsionou a abertura da operação da PF.

A Operação Sisamnes foi nomeada em referência ao juiz persa Sisamnes, executado por corrupção no século V a.C., como símbolo da integridade que se espera do Poder Judiciário.